



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10680.022857/99-27  
Recurso nº. : 122.996  
Matéria: : IRPF - Ex(s):1998  
Recorrente : WALTER OLIVEIRA (ESPÓLIO)  
Recorrida : DRJ em BELO HORIZONTE - MG  
Sessão de : 06 DE DEZEMBRO DE 2000  
Acórdão nº. : 106-11.657

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL – ERRO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO – A multa por atraso na entrega da declaração de ajuste anual do espólio deve ser lançada em nome do inventariante. Lançamento cancelado.

Preliminar acolhida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por WALTER OLIVEIRA (ESPÓLIO).

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de nulidade do lançamento por erro na identificação do sujeito passivo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

  
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 09 MAR 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, THAISA JANSEN PEREIRA, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, ROMEU BUENO DE CAMARGO, JOSÉ ANTONINO DE SOUZA (Suplente Convocado) e WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.022857/99-27  
Acórdão nº. : 106-11.657  
  
Recurso nº. : 122.996  
Recorrente : WALTER OLIVEIRA (ESPÓLIO)

**RELATÓRIO**

**WALTER OLIVEIRA (ESPÓLIO)**, já qualificado nos autos, foi notificado de lançamento que lhe exigia o recolhimento de multas por atraso na entrega de declarações de rendimentos com saldo inexistente de imposto a pagar ou a restituir. A exigência relativa ao exercício de 1998 fundamenta-se no art. 88, item II, da Lei nº 8.981/95.

Na impugnação, tempestiva, defende-se o sujeito passivo, alegando, em síntese, que a entrega das referidas declarações foi efetuada fora do prazo, mas espontaneamente, antes de qualquer procedimento fiscal, estando, portanto, ao amparo do art. 138 do CTN.

A decisão de primeiro grau julgou procedente a ação fiscal, ao fundamento de que se trata de multa de mora e que a infração se consuma com o decurso do prazo legal para a entrega tempestiva da declaração de ajuste, não podendo ser afastada pelo instituto da denúncia espontânea.

Em seu recurso voluntário a este Conselho, o Recorrente renova os argumentos expendidos na impugnação.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.022857/99-27  
Acórdão nº. : 106-11.657

**VOTO**

Conselheiro LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, Relator

Conheço do recurso, por preenchidas as condições de admissibilidade.

As normas legais aplicáveis às obrigações tributárias do espólio estão, atualmente, inseridas no Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3000/99, que assim preleciona:

*\*Art. 24. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis (Lei nº 5.172, de 1966, art. 134, incisos I a IV):*

*I - os pais, pelo tributo devido por seus filhos menores;*

*II - os tutores, curadores e responsáveis, pelo tributo devido por seus tutelados, curatelados ou menores dos quais detenham a guarda judicial;*

*III - os administradores de bens de terceiros, pelo tributo devido por estes;*

*IV - o inventariante, pelo tributo devido pelo espólio.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório (Lei nº 5.172, de 1966, art. 134, parágrafo único).”(grifei)*

No particular, o RIR se harmoniza com a Lei nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional, que assim mandamenta:

*\*Art. 134 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:*

*(...)*

*IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;”*



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.022857/99-27  
Acórdão nº. : 106-11.657

*\*Art. 135 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:*

*I - as pessoas referidas no artigo anterior;"*

*\*Art. 136 - Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.*

*\*Art. 137 - A responsabilidade é pessoal ao agente:*

*(...)*

*a) das pessoas referidas no art. 134, contra aquelas por quem respondem."(grifos não são do original)*

A Secretaria da Receita Federal, visando a melhor aplicação das normas legais transcritas, expediu a Instrução Normativa 23 de 18/04/96 que em seu art. 21 esclarece, *ipsis litteris* :

*\*Art. 21- A falta de apresentação das declarações de rendimentos de espólio, se obrigatórias, bem como sua apresentação fora dos prazos fixados **sujeitam o inventariante à multa prevista:***

*(...)*

*III - no art. 88 da lei nº 8.981/95 c/c o art. 2º da Lei nº 9.250/95, observado o valor mínimo de R\$ 165,74, no caso de declaração do exercício de 1985 e posteriores (grifei).*

Tais as razões, voto no sentido de cancelar o crédito tributário face ao manifesto erro na identificação do sujeito passivo.

Sala das Sessões - DF, em 06 de dezembro de 2000

  
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10680.022857/99-27  
Acórdão nº. : 106-11.657

**INTIMAÇÃO**

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, Anexo II da Portaria Ministerial nº 55, de 16/03/98 (D.O.U. de 17/03/98).

Brasília - DF, em 09 MAR 2001

  
DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE DA SEXTA CÂMARA

Ciente em 29 MAR 2001

  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL